

O guerreiro do ar

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

A tropa de paisanos do governo — que não agüenta dez minutos de traquejo na ordem unida nem é capaz de distinguir o toque de silêncio da estridência da corneta no comando de avançar —, pegou a estranha mania guerreira de considerar todos os naturais debates parlamentares e os apertos para a votação de emendas constitucionais como batalhas heróicas, lances épicos das muitas pelepas do exército de Brancaléone, que, felizmente, não deixam vítimas dos ásperos embates de plenário, além da sangria do erário, pobre enfêrmo que se esvai em hemorragia crônica.

Não é muito difícil entender a curiosa transformação do temperamento e do estado de espírito do professor Fernando Henrique, de brilhante trajetória internacional, antigo militante na esquerda, perfil de social-democrata, no general de batalhas incruentas, mas que se sucedem em fúria implacável, no renovado ímpeto de não dar trégua ao inimigo e prolongar as hostilidades até a vitória incondicional.

O cacoete bélico não se manifestou agora. O presidente assumiu entoando discurso conciliador, mas com a disposição de procurar briga, intimidando o inimigo com a superioridade de suas milícias, reunidas às pressas, no corre-corre da euforia da vitória eleitoral no primeiro turno e o ânimo de mostrar logo ao que veio, impondo as reformas prometidas na campanha em arrancada gloriosa, a todo galope, o vento batendo no rosto, lança em riste e as bandeirolas esvoaçando no tenso alvoroço do choque iminente.

Todo o primeiro semestre de 95 foi marcado pelo tropel dos entrechoques, na triunfal marcha em cadência de vitórias em série. Os receios com a qualidade dos combatentes, recrutados sem maiores exigências, na afobação que dispensou seleção cautelosa, esfumaram-se com as surpresas gratificantes de êxitos em cascata, sempre por diferenças que afastavam a sombra das dúvidas. O governo desfilou embalado pelo hino do sucesso.

Esgotou-se a agenda das emendas polêmicas, que pareciam as mais difíceis. Algumas, como a quebra do monopólio da Petrobrás, saudada como a quebra de tabu, até então considerado intocável.

Lá pelo segundo semestre, o esquema começou a fazer água. Surgiram as primeiras dificuldades. Na verdade, o espanto não se justificava. O governo levou todas, passando por cima da débil resistência da oposição anêmica, sem votos para embaraçar o curso parlamentar, enquanto o lote de emendas propôs a revisão de conceitos. Como o monopólio da Petrobrás, das telecomunicações, da exploração da navegação de cabotagem. Ou na mudança do conceito de empresa nacional.

Mas, a partir do momento em que a tropa do governo fechou o desfile em ritmo de parada e penetrou no terreno minado dos interesses corporativos, das vantagens, dos direitos sociais, dos privilégios, das aposentadorias, das pensões, dos salários, da estabilidade do emprego, as coisas mudaram de figura.

É mais fácil, muito mais fácil virar o voto com a cambalhota das convicções do que cortando na carne do eleitor.

Ora, a boa norma estratégica

recomenda que o planejamento tático de cada batalha deve levar em conta as circunstâncias, o tipo do terreno e a exata avaliação do inimigo, suas vantagens e deficiências.

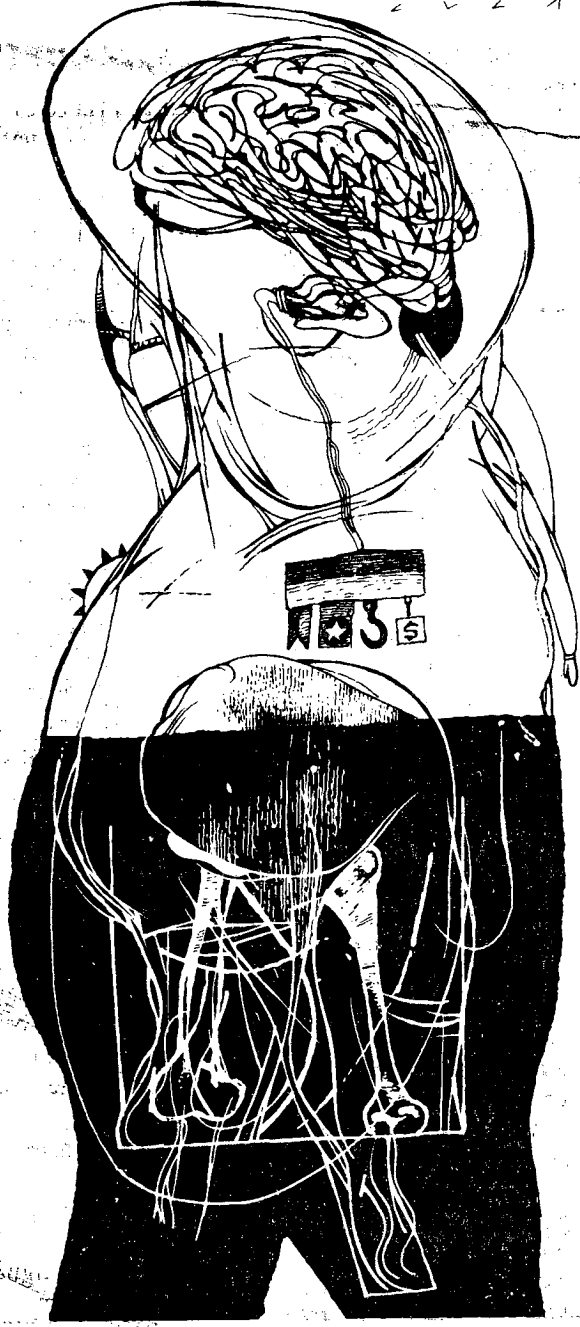
O governo deu de ombros para advertências, desprezou sinais que aconselhavam a revisão dos planos, a alteração dos prazos, a realística reformulação dos projetos inflados pela presunção.

Acabou sofrendo dupla derrota: no Senado, com a aprovação da CPI dos bancos e, na Câmara, com a derrubada do parecer do relator, deputado Euler Ribeiro, à emenda da reforma da Previdência Social.

Refeito da zonzeira, reagiu com a gana de quem não aceita a derrota. Reorganizou a maioria que se dispersara, tangida pelo descontentamento generalizado pela desatenção do governo em atender os pedidos do fisiologismo. Pagou o preço exigido, sem regatear. E ainda tentou guardar sigilo para preservar a aparência.

Virou o jogo, devolveu a derrota com juros, e está novamente em campo, dispondo os batalhões em linha de combate, pronto para as próximas refregas: o segundo turno da Previdência na Câmara e, em seguida, os dois turnos no Senado; a reforma administrativa e, no fim da lista, as reformas fiscal e tributária.

Só não parou para pensar. Afinal, tanto ardor guerreiro, para que? O governo que poderia estar fruindo o conforto do apoio de sólida maioria simples ou mesmo de maioria absoluta, metade mais um, para a serventia do trivial da administração, meteu-se na camisa de 11 varas da aprovação de emendas constitucionais, que exigem o voto de três quintos da



Câmara e do Senado, em duas rodadas de votação.

Ora, as reformas podem ser necessárias, urgentes. Mas, não inadiáveis. E não adianta esmurrar faca de ponta.

Está faltando a costura da lógica na afiação do governo, na sua ira guerreira.

Pois ainda não são visíveis os resultados das emendas constitucionais aprovadas no oba-oba de 95. Nem o governo parece interessado em implementar as mudanças reclamadas com insistente impaciência. Nelas não mais se fala. Nem na regulamentação indispensável para sua implementação.

O governo briga à toa, pelo gosto de exibir-se. Não sobra tempo para administrar as vitórias. Bastam os troféus e as medalhas para enfeitar a sala de exposição e o peito do general-paisano.